

Recomendação

Ação de Formação relativa à Criminalização dos Maus Tratos e Abandono de Animais de Companhia

No passado dia 1 de Outubro de 2014 entrou em vigor a Lei n.º 69/2014, que procede à trigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, criminalizando os maus tratos e o abandono a animais de companhia e à segunda alteração à Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, sobre proteção aos animais, alargando os direitos das associações zoófilas.

Com a entrada em vigor deste diploma, passou a estar consagrado no Código Penal o crime de maus tratos a animais de companhia, p.p. no artigo 387.º, que pune com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 “quem, sem motivo legítimo, infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus tratos físicos a um animal de companhia” (n.º 1), sendo que se dos fatos previsto no n.º 1 do artigo aqui em referência, “resultar a morte do animal, a privação de importante órgão ou membro ou a afetação grave e permanente da sua capacidade de locomoção, o agente é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias” (n.º 2).

De igual modo, passou a constituir ilícito penal o abandono de animais de companhia, conforme p.p. no artigo 388.º do Código Penal, que estabelece que “Quem, tendo o dever de guardar, vigiar ou assistir animal de companhia o abandonar, pondo desse modo em perigo a sua alimentação e a prestação de cuidados que lhe são devidos, é punido com pena de prisão até seis meses ou com pena de multa até 60 dias”.

Refira-se que o ilícito penal aqui previsto configura igualmente ilícito contraordenacional previsto em legislação avulsa, decorrente da conjugação de outros diplomas, tais como a Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro (Lei de Proteção aos Animais) e o DL n.º 276/2001, de 17 de outubro (aplicação da Convenção Europeia para Proteção dos Animais de Companhia), podendo existir situações em que o ilícito praticado pelo agente configure concomitantemente ilícito penal e ilícito contraordenacional, e

Pessoas – Animais - Natureza

Assembleia Municipal de Lisboa, Av. De Roma n.º 14P, 3º, 1000-265 Lisboa

Tel: 218 171 789 Fax: 218 171 383E-mail: aml.pan@am-lisboa.pt

Site AML: www.am-lisboa.pt/partidos-politicos/pan.html

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____

ENT. 1199/SG/DAOSM/GAAM/ 15

DATA 13/04/2015

214.

16/04 : 11-00

estarmos assim, perante uma concorrência efetiva de infrações, sendo que decorre da lei que o agente deve ser punido a título de crime, sem prejuízo da aplicação das sanções acessórias previstas para a contraordenação, conforme previsto no artigo 20.º do DL n.º 433/82, de 27 de outubro (RGCO), na sua atual redação.

Ademais, importa ainda interpretar conceitos, como por exemplo as definições de «bem-estar animal», «mau trato», «abandono» e «animal de companhia», o que implica necessariamente uma complexa articulação com diferentes diplomas, veja-se por exemplo, com a já referida Lei de Proteção Animal ou o n.º 5 do artigo 3.º da Portaria n.º 421/2004, de 24 de abril (Regulamento de Registo, Classificação e Licenciamento de Cães e Gatos), que nos fala da presunção de abandono em caso da não comunicação da morte ou desaparecimento do animal.

De igual modo a apreensão cautelar dos animais em sede do processo penal e a aplicação das sanções acessórias obedecerão assim a um novo regime que não pode ser descurado pelos serviços, impondo a adequação de procedimentos e a reciclagem de conhecimentos.

Tal alteração legislativa compreende assim uma nova dinâmica para os serviços municipais, atentas as competências legalmente atribuídas na presente matéria à Câmara Municipal, com particular destaque para o Gabinete Médico Veterinário, a Proteção Civil, a Divisão de Polícia Municipal e Fiscalização e a Seção de Contraordenações.

Esta evolução do direito animal, que se tem vindo a consolidar no nosso ordenamento jurídico, acarreta uma atualização dos conhecimentos técnicos dos recursos humanos afetos aos serviços municipais que procedam ao recebimento das denúncias de maus tratos ou abandono de animais de companhia, à recolha dos animais de companhia (abandonados ou errantes) vítimas do crime de maus tratos ou abandono, ao seu manejo, cuidado e alojamento, bem como à subsequente tramitação processual, seja ao nível administrativo, contraordenacional ou penal, como a Polícia Municipal, a Guarda Florestal e os funcionários da Cade do Animal.

Desta forma, é urgente dotar os recursos humanos dos serviços municipais de formação adequada a esta nova realidade legislativa, com vista não só à adoção de boas práticas em todo o procedimento inerente à tramitação processual penal que se impõe por força do Código Penal e Código de Processo Penal, agilizando por um lado tais procedimentos, como por outro, salvaguardando o superior interesse da proteção e bem-estar animal.

De igual modo, afigura-se pertinente articular tais procedimentos com entidades externas, tais como as Juntas de Freguesia, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana, pelo que não nos parece despiciente aproveitar a ocasião da presente formação para englobar outros destinatários externos à autarquia.

Em face do exposto, atenta a pertinência da matéria e necessidade de formação dos recursos humanos nos termos supramencionados, bem como à necessidade imperiosa dos serviços agirem de acordo com a legislação em vigor, Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 14 de Abril de 2015, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa:


A organização e realização de ações de formação sobre “A nova lei criminalizando os maus tratos e o abandono a animais de companhia” aos funcionários afetos aos seguintes serviços:

» Destinatários Internos: Tratadores e demais funcionários da Casa do Animal, Agentes de Polícia Municipal, designadamente das Brigadas de Fiscalização e do Policiamento Comunitário, Instrutores dos Processos por contraordenação da Seção de Contraordenações;

» Destinatários Externos: Funcionários das Juntas de Freguesia, GNR/ SEPNA de Lisboa, PSP de Lisboa, entre outras autoridades administrativas/policiais que possam manifestar interesse na ação de formação e que colaborem com a Câmara Municipal de Lisboa.

Lisboa, 14 de Abril de 2015

O Grupo Municipal do PAN



Miguel Santos
(DM PAN)